



Melhor Educação
Melhor Cidadania

COLÉGIO DO CASTANHEIRO



Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O Colégio do Castanheiro, perante a proposta de Decreto-Legislativo Regional, cujo objeto é a segunda alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, vem expressar a Vossa Excelência a sua profunda preocupação pelo constante no artigo 67.º do supramencionado projeto.

Com efeito, a alteração proposta terá uma dimensão e âmbito tão alargados que, no limite, colocará em causa o funcionamento do Ensino Particular. Como infra se demonstrará, resulta do elemento literal daquele artigo a rutura no apoio financeiro regional, o que inviabilizará todo o ensino particular. Porém, na sua análise sistemática e histórica de ordenamento jurídico desta matéria, que ancora no Decreto Legislativo Regional N.º 26/2005/A, na sua redação reescrita pelo mesmo tipo de diploma n.º 6/2008/A, de 6 de março, resulta inequivocamente que o ensino particular é menos oneroso para o erário público e amplia positivamente a qualidade do ensino. Aliás, a filosofia dos diplomas supramencionados é reforçada pelo Decreto Legislativo Regional N.º 6 /2008/A, que, além do mais, criou um conjunto de expetativas nos promotores do ensino particular, que são agora colocadas em causa. As expetativas têm tal amplitude que originaram um conjunto de investimentos, alguns dos quais financiados por dinheiros públicos e comunitários, que agora poderão ser objeto de rutura financeira e de repercussões imprevisíveis.

Assim, a Região Autónoma, com a boa-fé contratual que a caracteriza, só por mero lapso pode originar estes danos ao ensino particular, e, no limite, à qualidade do plano pedagógico, o mesmo é dizer aos contributos das escolas privadas para a qualidade do sistema educativo regional.

Por outro lado, o artigo 67.º, tal como é proposto no projeto de diploma, em nada contribui para a equidade social e não permite melhorar a qualidade do ensino público. Pelo contrário, é óbvio e manifesto que o presente projeto de diploma apenas prejudica o erário público, porque é do conhecimento de todos e, por isso, facto notório que um aluno no ensino particular representa menor custo para a Região, por comparação com aquele que frequenta a escola pública.





Melhor Educação
Melhor Cidadania

COLÉGIO DO CASTANHEIRO



De resto, conforme o prescrito na Constituição da República Portuguesa, a educação é tendencialmente gratuita e em igualdade de circunstâncias para todos, sem violação do princípio da igualdade prescrita no artigo 13.º daquele diploma.

Ora, sucede que, se por um lado, um aluno no ensino público tem um custo que é igual para os agregados familiares, com mais ou menos recursos, donde resulta que se o custo no ensino particular é comparticipado pela Região, há que encontrar uma solução que diminuído o erário público não discrimine aqueles que têm recursos acima do prescrito nos escalões ou no seu limiar e que já não beneficiam de qualquer apoio da Região.

A consequência é gravosa não só para o ensino particular, mas também para a Região, que vê a lotação das suas escolas públicas a aumentar. Isto já para não falar nos ataques a que a denominada classe média tem vindo a ser atingida pela via fiscal e social. De resto, a aplicação do projeto de diploma originaria que o ensino particular ficasse obrigado a aumentar o valor das mensalidades dos alunos, o que agravaria os encargos dos agregados familiares e a consequente transferência de muitos alunos para as escolas públicas. Aliás, a proposta de Decreto Legislativo Regional – Segunda Alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário -, designadamente o n.º 3 do artigo 73.º (Anexo II, página 46), cujo epígrafe é designado como "objetivos", entra em inequívoca inexecução, dado que a quase totalidade das famílias, cujos filhos frequentam o ensino privado, não se enquadram em nenhum dos escalões de rendimento líquido *per capita* estabelecidos para o regime de ação social escolar. Daqui se infere que a intenção de "reduzir os custos suportados pelas famílias" não se concretizaria, bem pelo contrário, uma vez que passariam a suportar também os montantes comparticipados pela Região.

Em síntese, tendo como termo de comparação o custo médio do aluno no ensino público e a comparticipação da Região aos alunos que frequentam o Ensino Particular, somos levados a concluir que a verificar-se a transferência dos alunos do ensino privado para os estabelecimentos do ensino público o esforço financeiro regional na área da educação será substancialmente agravado, dado que os encarregados de educação deixam de comparticipar as mensalidades dos seus educandos. O que representa uma clara contradição se o propósito da proposta de projeto de diploma é reduzir custos. Acresce referir que se nada for feito no



Melhor Educação
Melhor Cidadania

COLÉGIO DO CASTANHEIRO



sentido de alterar o conteúdo da supracitada proposta, estão em causa os projetos de investimento outrora apoiados na Região e os efeitos positivos, quer dos fundos estruturais traduzidos na criação de muitos postos de trabalho diretos e indiretos, quer do projeto educativo que começa a dar frutos na Região.

Para fazer face às especificidades da Região, por sua vez resultantes da sua posição geográfica ultraperiférica, a ação governativa açoriana, em particular nas últimas duas décadas, tem-se pautado pelo elevado sentido de responsabilidade na salvaguarda e implementação de medidas diferenciadoras, sem as quais os projetos de interesse público e privado não têm sustentabilidade.

A alteração das regras relativas à atribuição de comparticipação, no âmbito do financiamento às valências educativas privadas nos termos do articulado do artigo 67.º, altera os pressupostos desde há muito tempo em vigor na Região e fere os princípios subjacentes nas premissas tomadas como verdade no estudo de viabilidade do Projeto "Colégio do Castanheiro" - classificado como PIR - aprovado pelos membros do governo em matéria de economia e finanças. A revisão do artigo 67.º com a redação agora proposta em detrimento do articulado no artigo 67.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de março, conjunto com a Portaria n.º 49/2008 de 23 de junho (que define a comparticipação mensal destinada exclusivamente a permitir a redução de custos suportados pelas famílias) ou a revisão em baixa dos valores mencionados nessa Portaria põem em causa a sustentabilidade do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário nos Açores, por si só fragilizado pela atual conjuntura económica.

Assim pelo exposto supra, somos a propor a Vossa Excelência que mantenha, sem qualquer alteração, o artigo 67.º inscrito no Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de março e, por consequência, a Portaria n.º 49/2008, de 23 de junho.

Colégio do Castanheiro, 2 de julho de 2013

João António Câmara Correia

João Carlos Martinho Miranda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 2222	Proc. n.º 102
Data: 01/07/102	N.º 121 X

